

# Decisões baseadas em evidências: Avaliação de Políticas Públicas

Julho 2021

Gustavo Guimarães

Secretário de Avaliação, Planejamento, Energia e Loteria

SECRETARIA DE  
AVALIAÇÃO, PLANEJAMENTO,  
ENERGIA E LOTERIA

SECRETARIA ESPECIAL DE  
FAZENDA

MINISTÉRIO DA  
ECONOMIA



“Não há nada mais ilusório do que um fato óbvio”



“É um erro grave formular teorias antes de conhecer os fatos. Sem querer, começamos a mudar os fatos para que se adaptem às teorias, em vez de formular teorias que se ajustem aos fatos.”



“Os pequenos detalhes são sempre os mais importantes”



- **Análise de Impacto Regulatório**
  - Procedimento, a partir de um problema regulatório, de **avaliação prévia à edição dos atos normativos**, que conterà informações e dados sobre os seus prováveis efeitos, para verificar a razoabilidade do impacto e subsidiar a tomada de decisão.
- **Avaliação *Ex-Ante* de políticas públicas:**
  - **Reflexão na criação, expansão ou aperfeiçoamento de políticas públicas**, para serem **melhor desenhadas e planejadas**, incluindo, por exemplo, a indicação do sistema de monitoramento e avaliação que será utilizado ao longo de sua execução.
- **Avaliação *Ex-Post* de políticas públicas:**
  - **Instrumento para a tomada de decisões ao longo da execução da política**, indicando ao gestor o que aprimorar, (às vezes) **como fazê-lo** e sinalizar alocação de recursos entre as diferentes políticas públicas setoriais.



## Brazil

71st / 141

Global Competitiveness Index 4.0 2019 edition

Rank in 2018 edition: 72nd / 140

**Performance Overview 2019** Key ◇ Previous edition ▲ Upper-middle-income group average □ Latin America and the Caribbean average

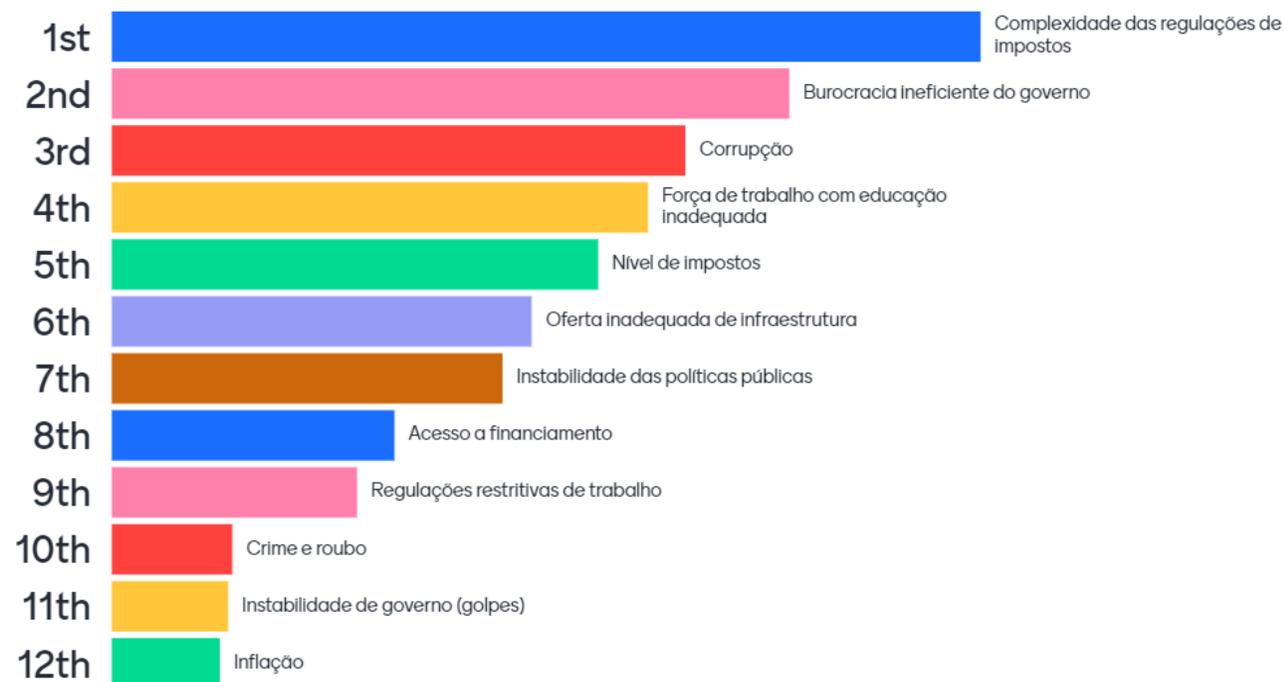


Nossa situação recente, em termos de **competitividade e de ambiente de negócios.**

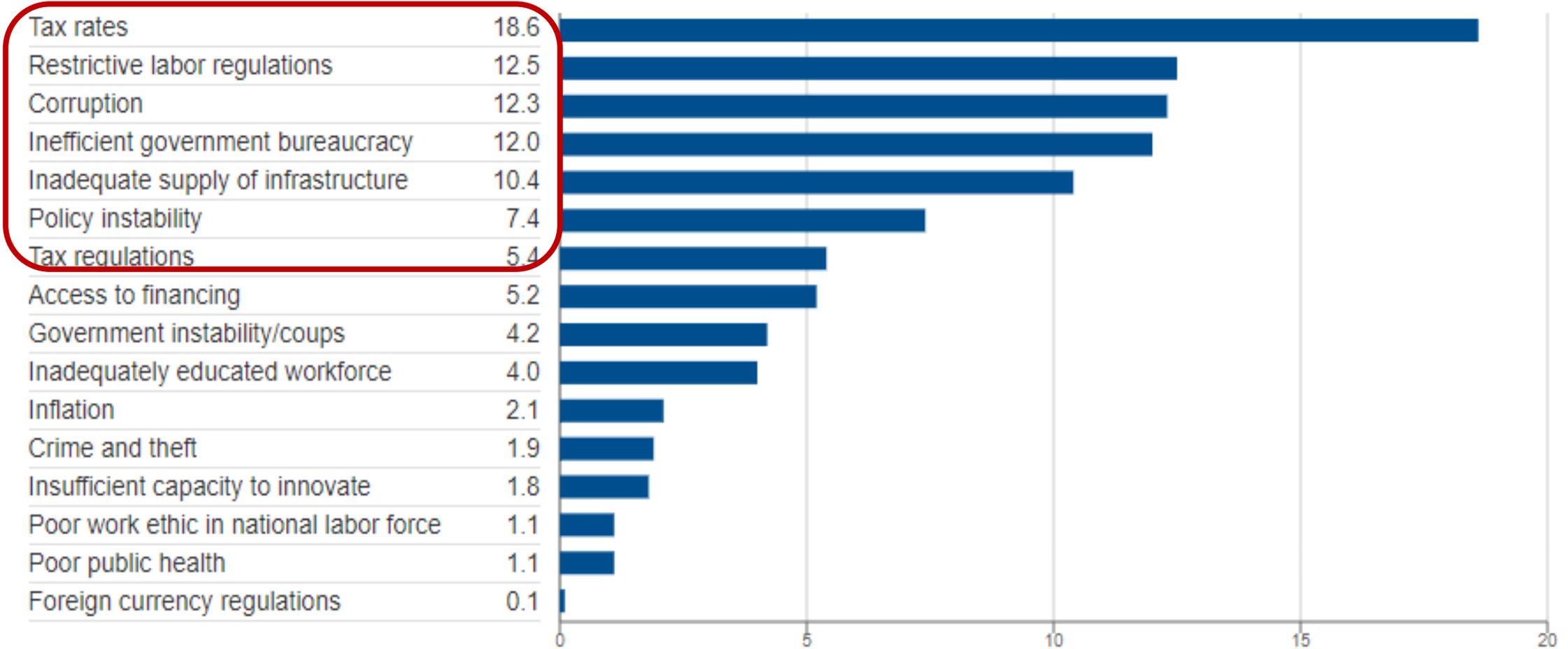




# Quais os 3 maiores problemas para fazer negócios no Brasil?

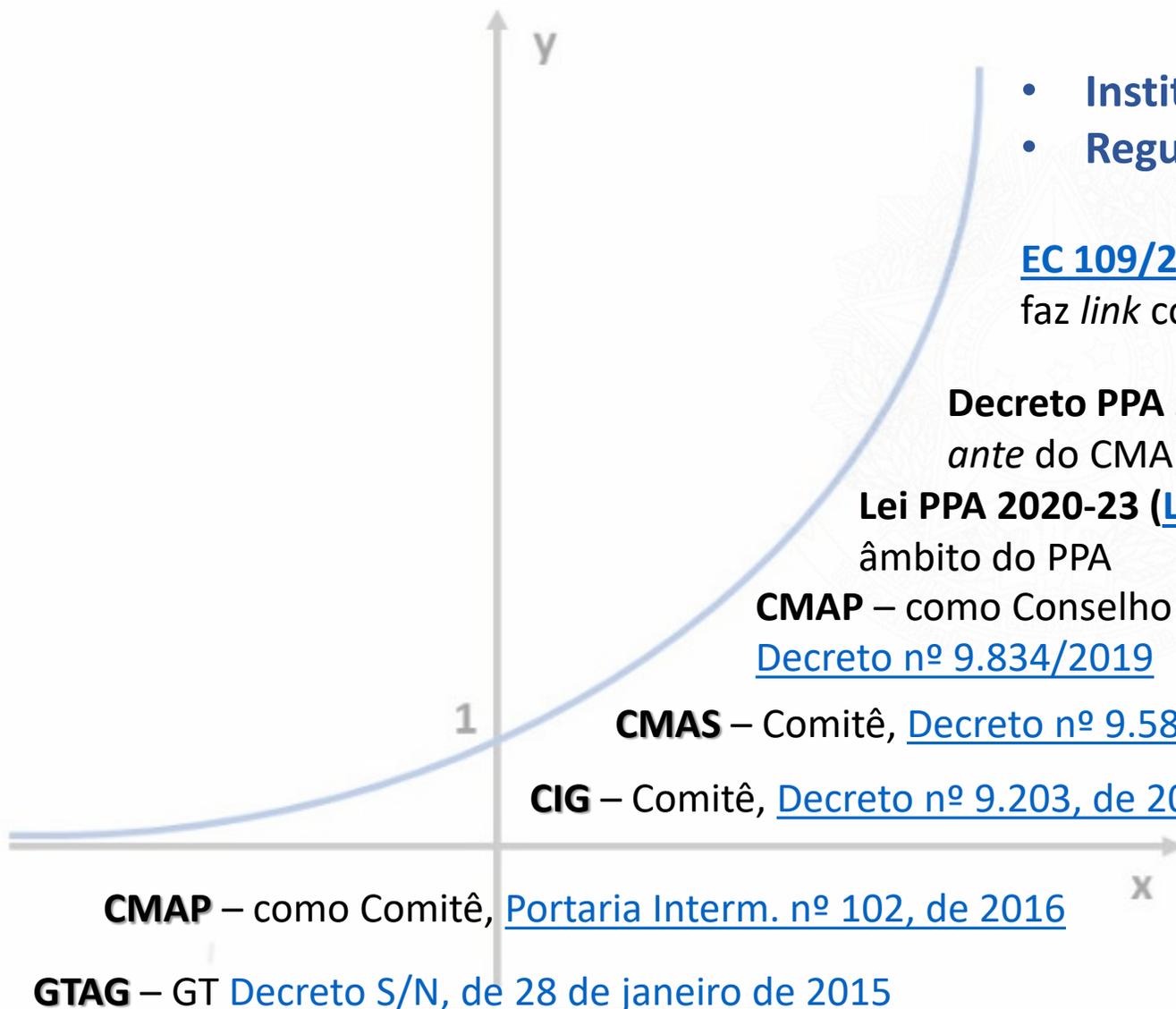


## Most problematic factors for doing business



- Déficits primários recorrentes (fluxo);
- Dívida Pública Crescente (estoque) ;
- Volume total de subsídios (tributários, creditícios e financeiros) em patamar elevado;
- Regras Fiscais: regra de ouro, meta de resultado fiscal e EC 95/2016 – necessidade de eficiência no gasto e na renúncia de receitas.





- Institucionalizar o processo de análise *ex ante*;
- Regular EC 109/2021.

[EC 109/2021](#) – Traz avaliação para competência da Adm. Pública, faz *link* com o ciclo orçamentário e prevê redução dos subsídios

**Decreto PPA 2020-23 ([D10321/2020](#))** – Detalha avaliação *ex post* e *ex ante* do CMAP

**Lei PPA 2020-23 ([L13971/2019](#))** – CMAP avaliará políticas selecionadas no âmbito do PPA

**CMAP** – como Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas - [Decreto nº 9.834/2019](#)

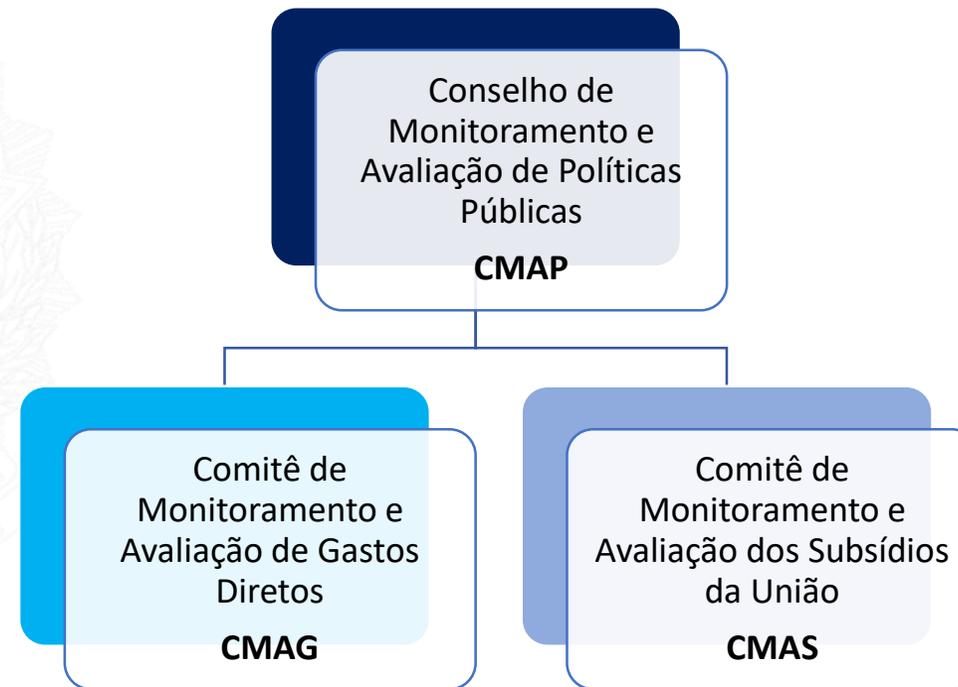
**CMAS** – Comitê, [Decreto nº 9.588, de 2018](#)

**CIG** – Comitê, [Decreto nº 9.203, de 2017](#)

**CMAP** – como Comitê, [Portaria Interm. nº 102, de 2016](#)

**GTAG** – GT [Decreto S/N, de 28 de janeiro de 2015](#)





# CMAP – Decreto nº 9.834/2019

## CMAP:

- Secretário-Executivo do Ministério da Economia;
- Secretário-Executivo da Casa Civil da Presidência da República;
- Secretário-Executivo da Controladoria-Geral da União.

### CMAG (Gastos Diretos)

#### Min. Economia

- SECAP
- STN
- SEPTR
- SOF

#### Casa Civil

- SAG
- SAM
- SERG

#### CGU

- SFC

### CMAS (Subsídios)

#### Min. Economia

- SECAP
- STN
- SPE
- RFB

#### Casa Civil

- SAG
- SAM
- SERG

#### CGU

- SFC

### Apoiadores Oficiais



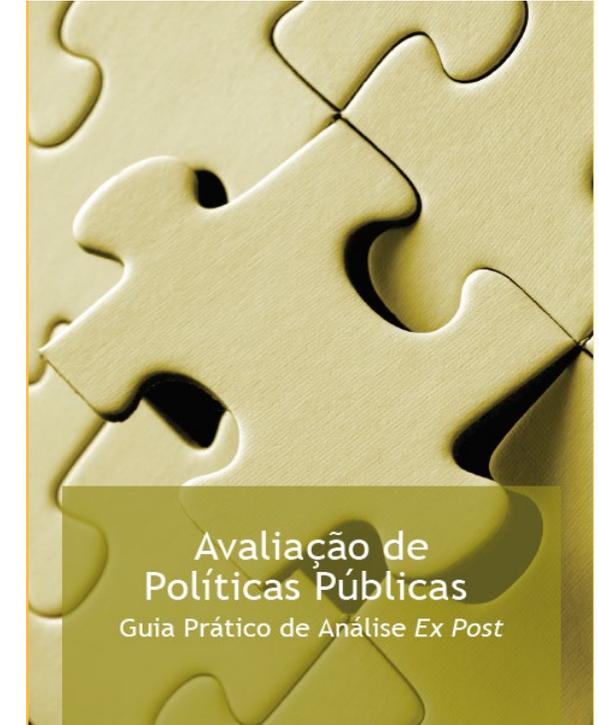
# Colaboradores na Avaliação



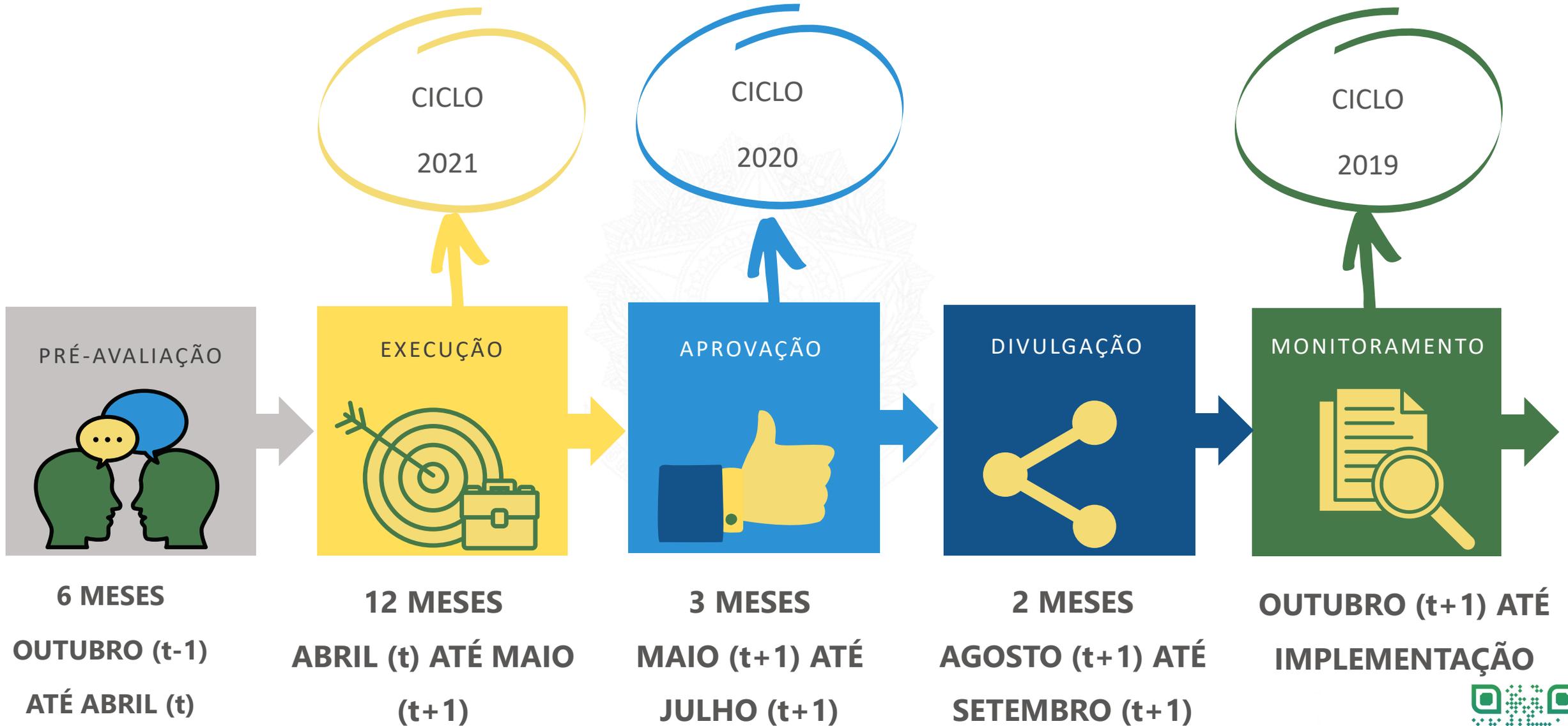
## Apoiadores Oficiais



# Resultados: Guias e Avaliações

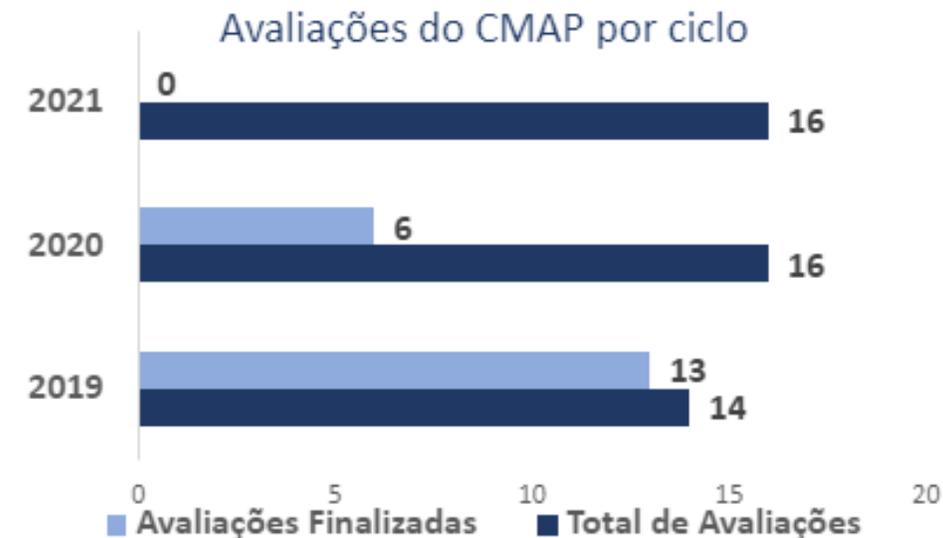


# Fases da Avaliação *Ex-Post* e Monitoramento

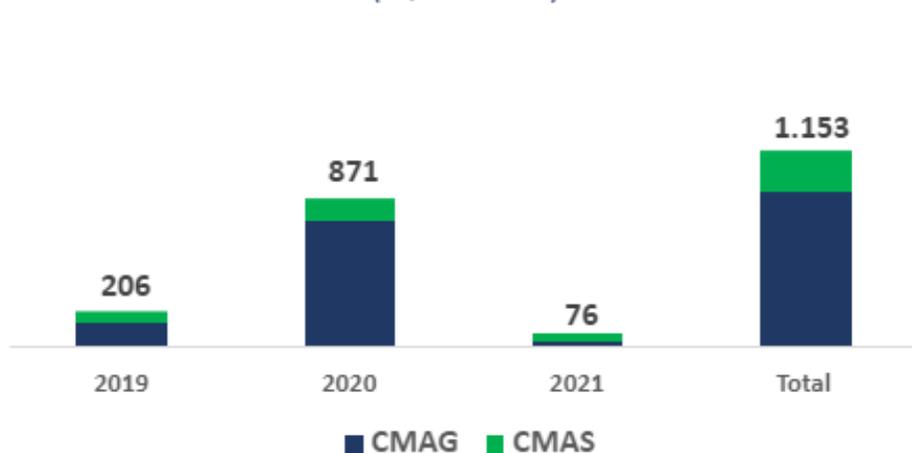


# Balanço das Avaliações *Ex-Post* do CMAP

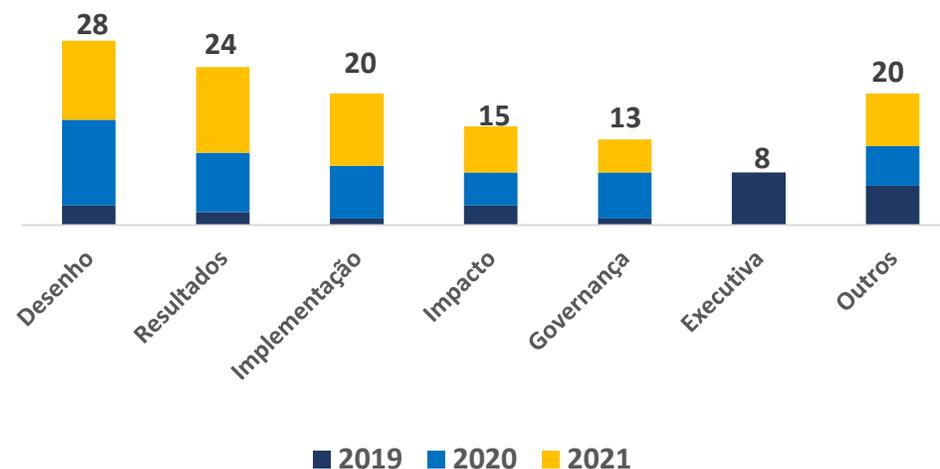
- Carteira de 2 anos do CMAP: 46 avaliações provenientes de 3 ciclos de avaliação, 2019, 2020 e 2021.
- Avaliações correspondem a R\$1,153 trilhão, 79% de gasto direto e 21% de subsídios.
- Compreendem mais de 160 questões avaliativas que se distribuíram entre diversos tipos de avaliação.

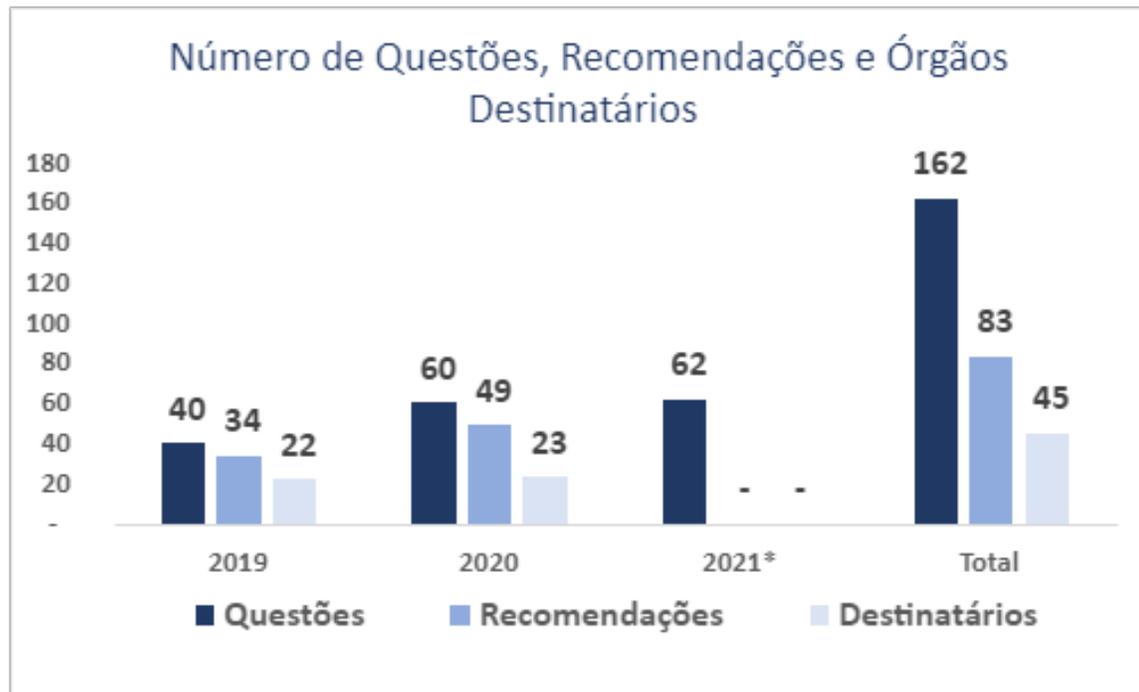


Orçamento das políticas avaliadas pelo CMAP (R\$ bilhões)



Avaliações do CMAP por tipo





- **Ciclo 2019 e 2020:**

- 100 questões** avaliativas

- 83 propostas de recomendações** para **45 unidades do governo federal.**

- **Ciclo 2021:**

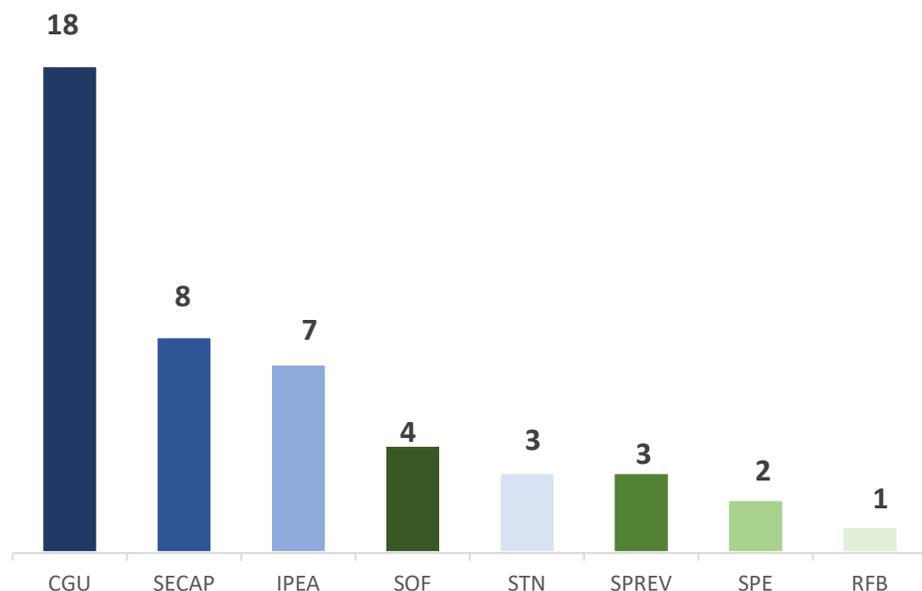
- 15 avaliações com questões avaliativas definidas em oficinas de pre-Avaliação, onde participantes decide escopo de cada uma e apresentam respectivos planos de trabalho que marcam o início da execução dessas avaliações.



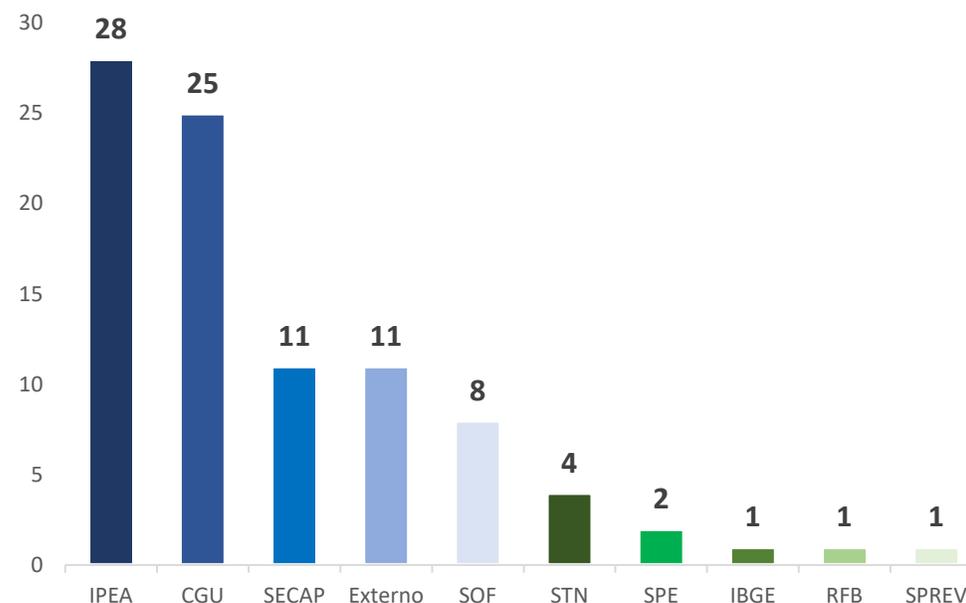
# Balanço das Avaliações *Ex-Post* do CMAP

- **Execução** da avaliação *Ex-Post* compatibiliza a produção de evidências com tempestividade para **retroalimentar o ciclo da política pública**.
- **CGU, IPEA e Secap líderes na coordenação e execução das avaliações nos 3 ciclos.**
- **Secap supervisiona 100% das avaliações: 46 avaliações nos 3 ciclos.**

Coordenação das avaliações do CMAP nos 3 ciclos

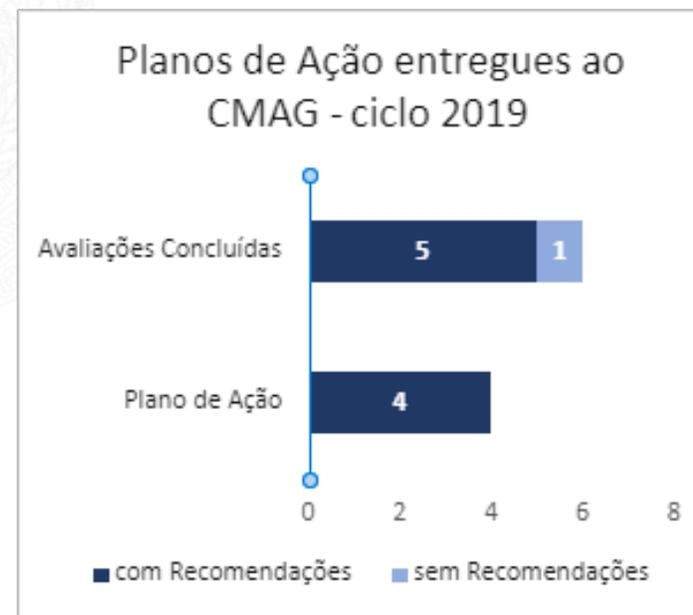


Execução de avaliações do CMAP nos 3 ciclos



- **Monitoramento** do Ciclo 2019:

- ❑ Gastos Diretos: 6 políticas avaliadas, 5 com recomendações e 80% tem planos de ação\*
- ❑ Subsídios: 8 políticas avaliadas, 6 concluídas e apresentam recomendações, 2 com planos de ação \*\*



\* Seguro Desemprego do Pescador Artesanal, Componente Especializado da Assistência Farmacêutica (CEAF), Defesa Agropecuária – Inspeção Animal e Judicialização dos Benefícios pagos pelo INSS.

\*\* (Conta de Desenvolvimento Energético - CDE e Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES).



# OCDE conclusão sobre Monitoramento e Avaliação (M&A) no Brasil

Avanços	Desafios a serem enfrentados
<b>Sistema de monitoramento bem desenvolvido</b> vinculado ao PPA.	<b>Não há ligação clara entre o PPA e o monitoramento das prioridades do governo</b> , o que resultou em sobreposição de práticas, sistemas e órgãos de fiscalização na Casa Civil e no Ministério da Economia.
<b>CMAP avanço na criação de um sistema de avaliação.</b> Necessário tempo para avaliar os resultados.	Políticas e programas fora do escopo do PPA não se beneficiam de mecanismos de garantia de qualidade.
<b>Stakeholders CoG brasileiro envolvidos</b> no processo de M&A por diferentes canais. CMAP pode ter papel significativo no engajamento, pois envolve entidades de centro de governo.	<b>Estabelecer uma cultura de avaliação no Brasil.</b> Habilidades e capacidades de monitoramento e avaliação são heterogêneas entre as instituições.
<b>CoG brasileiro possui boas diretrizes sobre avaliação de políticas</b> e mecanismos que possibilitam qualidade das avaliações (AIR, guias <i>ex post</i> e <i>ex ante</i> ).	Desafios à Interoperabilidade impostos pela variedade de sistemas de gerenciamento de dados.
Como regra geral, as <b>informações sobre monitoramento e avaliação são compartilhadas e divulgadas.</b>	Produzir indicadores de gastos do orçamento para avaliar a consecução dos objetivos do planejamento estratégico.  Necessário aperfeiçoar <b>promoção do uso dos resultados do processo de M&amp;A</b> pelos formuladores de políticas e pelo CoG.

# Desafios e Visão de Futuro



- Institucionalizar o processo de análise *ex ante*;
- Regular EC 109/2021.

**EC 109/2021** – Traz avaliação para competência da Adm. Pública, faz *link* com o ciclo orçamentário e prevê redução dos subsídios

**Decreto PPA 2020-23 (D10321/2020)** – Detalha avaliação *ex post* e *ex ante* do CMAP

**Lei PPA 2020-23 (L13971/2019)** – CMAP avaliará políticas selecionadas no âmbito do PPA

**CMAP** – como Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas - [Decreto nº 9.834/2019](#)

**CMAS** - Comitê [Decreto nº 9.588, de 2018](#)

**CIG** – Comitê [Decreto nº 9.203, de 2017](#)

**CMAP** – como Comitê - [Portaria Interm. nº 102, de 2016](#)

**GTAG** – GT [Decreto S/N, de 28 de janeiro de 2015](#)



## Decreto nº 10.321/2020 – Decreto do PPA

Art. 11. A avaliação das propostas de criação ou aperfeiçoamento de políticas públicas .... será realizada pelo CMAP quando considerada estratégica pelo Comitê Interministerial de Governança [...]

Art. 21. “A avaliação de que trata o inciso I do § 1º contempla análise **ex ante** e **ex post**”.



# Análise Ex-Ante no CMAP



- Art. 37, § 16.
  - Os órgãos e entidades da administração pública, individual ou conjuntamente, devem **realizar “avaliação das políticas públicas”**, inclusive com divulgação do objeto a ser avaliado e dos resultados alcançados, na forma da lei.



# Emenda Constitucional nº 109/2021

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988:

✓ Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

- I. **o plano plurianual;**
- II. **as diretrizes orçamentárias;**
- III. **os orçamentos anuais.**

[...]

§ 16. As leis de que trata este artigo devem observar, no que couber, **os resultados do monitoramento e da avaliação das políticas públicas** previstos no § 16 do art. 37 desta Constituição.



- ✓ Art. 4º O Presidente da República deve encaminhar ao Congresso Nacional, em até 6 (seis) meses após a promulgação desta Emenda Constitucional, **plano de redução gradual de incentivos e benefícios federais de natureza tributária**, acompanhado das correspondentes proposições legislativas e das estimativas dos respectivos impactos orçamentários e financeiros.
- ✓ § 1º As proposições legislativas a que se refere o caput devem propiciar, em conjunto, redução do montante total dos incentivos e benefícios referidos no caput deste artigo.
- ✓ § 4º **Lei complementar tratará de:**
  - I - **critérios objetivos, metas de desempenho e procedimentos para a concessão e a alteração de incentivo ou benefício de natureza tributária, financeira ou creditícia para pessoas jurídicas** do qual decorra diminuição de receita ou aumento de despesa;
  - II - **regras para a avaliação periódica obrigatória dos impactos econômico sociais dos incentivos ou benefícios** de que trata o inciso I deste parágrafo, com divulgação irrestrita dos respectivos resultados;
  - III - **redução gradual de incentivos fiscais federais de natureza tributária, sem prejuízo do plano emergencial** de que trata o caput deste artigo.



- Marco da institucionalização da avaliação de políticas públicas no Brasil.
- Constituição Federal exige avaliação de políticas em todos os níveis da Federação, com divulgação dos resultados.
- Resultados da avaliação devem ser considerados, quando couber, na elaboração do Orçamento da União.
- Canal direto entre achados da avaliação de políticas e a alocação de recursos públicos.



# Projetos prioritários em andamento



## **Inter-relação com o Ciclo Orçamentário**

(consultoria, instrumento, *enforcement*, processo)



## **Análises *Ex-Ante* no CMAP**

(processo, atores, projeto piloto, resolução CIG, e resolução CMAP)



## **Catálogo de Políticas Públicas**

(universo, transparência)



## **Monitoramento das recomendações**

(tornar efetivo o resultado)



## **Rede colaboradores**

(ampliar executor / acompanhar)



## **Plano de Comunicação**

(publicação e disseminação)



# Objetivos da Secap – Avaliação de Políticas Públicas

- Aprimorar ***de facto*** as políticas públicas;
- **Consolidar a cultura** de avaliação de políticas públicas;
- **Sensibilizar os gestores da importância da avaliação** (<> CF);
- Influenciar as esferas governamentais e as instituições da sociedade;
- Orientar a elaboração e acompanhamento das peças orçamentárias, como o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA).



# Influenciar as esferas governamentais e as instituições da sociedade

- Divulgar relatórios de avaliação e de recomendações;



- Divulgar boletins de avaliações realizadas;



- 1º Relatório Avaliação apresentado ao **Congresso Nacional** (Ago/2021);
- 1ª Apresentação para **Comissão Mista de Orçamento** (Set/2021).



# Resultados de Avaliações de Políticas Públicas – Transparência para sociedade brasileira



**BOLETIM Secap**  
Balanço das Avaliações Ex-Post do CMAP  
Número 17 junho 2021

**CMAP comemorou 2 anos de existência**

No dia 12 de junho, o Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas (CMAP) comemorou 2 anos de existência, e a Secretaria de Avaliação, Planejamento, Energia e Loteria (Secap), como apoiadora técnica e administrativa do Conselho, traz em balanço de sua gestão.

O CMAP tem competência para executar uma importante etapa do ciclo de política pública: a avaliação, cujo resultado permitirá a emissão de recomendações para o aprimoramento das políticas públicas do governo federal. Esse Conselho interinstitucional elabora e emite recomendações de aprimoramento decorrentes das avaliações e integra autoridades das Secretarias Executivas responsáveis pela operacionalização das políticas públicas e fiscal, pelo controle interno e pela coordenação e fiscalização com as agências executoras de políticas públicas. Foi criado mediante Portaria do Ministério da Economia (ME), pela Controladoria Geral da União (CGU) e pela Casa Civil da Presidência da República (CCPR), respectivamente.

**Estrutura do CMAP**

Da Comissão vinculada ao Conselho são a primeira instância de deliberação das recomendações resultantes das avaliações: o Comitê de Monitoramento e Avaliação de Subúbdios - CMAS, como instância responsável pelo monitoramento e avaliação das subúbdios de União, e o Comitê de Monitoramento e Avaliação de Gestão Direta - CMAG, que avalia as políticas públicas que são executadas com recursos que estão repassados no orçamento da União.

Cada Comitê é formado por 4 membros do ME - no CMAG, Secap, Secretaria do Tesouro Nacional (STN), Secretaria de Orçamento Federal (SOF) e Secretaria de Previdência (SPRE) e no CMAS, Secap, STN, Secretaria de Política Econômica (SPE) e Secretaria Especial de Receita Federal do Brasil (RFB). O líder da Secretaria Federal de Controle da CGU e o líder da CCPR.

**Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas**

ANALISANDO O IMPACTO DA POLÍTICA PÚBLICA SECRETARIA DE AVALIAÇÃO, PLANEJAMENTO, ENERGIA E LOTERIA

**BOLETIM Secap**  
Edição CMAP: Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE  
Número 17 junho 2021

**Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas**

Este boletim é uma síntese de avaliação realizada no âmbito do Comitê de Monitoramento e Avaliação de Gestão Direta - CMAG do Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas - CMAP.

**Atores da avaliação**

Coordenação: SOF/ME, Estruturação: SPM/ME, CGU, RFB, Gestor da Política: FNDE e MEC, Supervisão: SISEC/ME.

**Aspectos avaliados**

**Desenho:** desenvolvimento, acesso ao programa, recursos, equidade de distribuição dos recursos, processo de monitoramento do PNAE.

**Operacionalização:** sistemas de monitoramento, avaliação, controle e prestação do serviço por FNDE e MEC, para implementação de propostas de melhoria e assegurar o controle social.

**Metodologias**

Método misto: entrevista, Guia de Avaliação Ex-Post do Governo Federal - desenho, governança e resultado. Elaboração de cartilha fiscal e de mudança nos critérios de repasse.

**4,3 milhões em 2010** **40,5 milhões em 2020**

O orçamento nominal do PNAE passou de R\$ 4,3 bilhões em 2010 a R\$ 40,5 bilhões em 2020, o que foi resultado, em parte, do aumento inflacionário do período, medida pelo IPCA. Assim, em termos reais, o programa sofreu redução de ordem de 17,8%, passando de R\$ 3,6 bilhões em 2010 para R\$ 3,4 bilhões em 2020. Parte desta queda, no entanto, é explicada pela redução no número de municípios e, consequentemente, de alunos beneficiários de R\$ 2 bilhões em 2010, para R\$ 40,5 milhões em 2020.

**Implementação:** causas das diferenças de implementação, entre municípios, de acordo com o valor médio de cada município. Os municípios com maior valor médio de implementação devem ser analisados em primeiro lugar.

**Metodologias**

Método misto: entrevista, Guia de Avaliação Ex-Post do Governo Federal - desenho, governança e resultado. Elaboração de cartilha fiscal e de mudança nos critérios de repasse.

ANALISANDO O IMPACTO DA POLÍTICA PÚBLICA SECRETARIA DE AVALIAÇÃO, PLANEJAMENTO, ENERGIA E LOTERIA

**Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas**

**Relatório de Avaliação**  
**Programa Minha Casa, Minha Vida**  
Ciclo 2020

**Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas**

**Relatório de Recomendações**  
**Programa Minha Casa, Minha Vida**  
Ciclo 2020

**Nota à imprensa**

CONSELHO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS (CMAP)  
quinta-feira, 8 de junho de 2021

**Avaliação de Desenho da Operação do Sistema de Controle do Espaço Aéreo (SISCEAB)**

O Ministério da Economia divulga hoje mais um relatório de avaliação de políticas públicas, no âmbito do Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas (CMAP), referente ao ciclo 2020.

O CMAP é instância de natureza consultiva com a finalidade de avaliar anualmente uma lista de políticas públicas previamente selecionadas. Formada por partes civis ou subúbdios da União, sendo composta pelas Secretarias Executivas da Casa Civil (CC), da Controladoria Geral da União (CGU) e do Ministério da Economia (ME), este último responsável por sua coordenação.

No ano de 2020, uma das políticas avaliadas foi o Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (SISCEAB). A avaliação abordou o seguinte questionamento: existem aprimoramentos a serem realizados no desenho do políptico (Plan)?

A coordenação e execução da avaliação ficaram a cargo da Secretaria de Avaliação, Planejamento, Energia e Loteria (Secap) e contaram com a assessoria técnica da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), o Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DCEA), órgão executor da política, bem como o Ministério da Defesa, também participaram fornecendo dados, informações e outras contribuições por meio de suas estruturas. As recomendações da avaliação foram discutidas no Comitê de Monitoramento e Avaliação dos Gestos Diretos (CMAG), órgão de suporte técnico do CMAP, em reunião realizada em 25/05/2021, e aprovadas em reunião do CMAP em 25/05/2021.

O consenso aumentou o número de ações sobre o espaço aéreo do Brasil, observado a partir dos anos de 1970, motiva a implementação de melhorias no gerenciamento das recomendações de aeronaves. Nesse contexto, se criou o Conselho de Aperfeiçoamento do Projeto e da Implantação do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro em julho de 1980, cujo objetivo era governar todo o território brasileiro de controle aéreo, desde que gerencias não sejam ordenar o fluxo do tráfego, mas, efetivamente, controlar o espaço aéreo.

Em março de 1980, começou-se o Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (SISCEAB) com o objetivo de proporcionar segurança e eficiência do uso de aeronaves estrangeiras e nacionais que trafegam no espaço aéreo sob jurisdição do Brasil. O Sistema passou, ao longo dos anos, por reformulações, embora mantendo as características principais desde a sua criação. O orçamento do SISCEAB para o ano de 2021 é de R\$ 1,88 bilhão.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

**Governo faz pente-fino e encontra falhas no Minha Casa e no pagamento do abono**

Em conjunto, Economia, Casa Civil e Controladoria-Geral da União detectaram desvios de finalidade em programas, como o pagamento para beneficiários já falecidos, e deram prazo de 60 dias para os órgãos responsáveis apresentarem planos de ação

abono salarial (espécie de 14.º salário pago a trabalhadores formais que ganham até dois salários mínimos), no Minha Casa Minha Vida (hoje, Casa Verde e Amarela) e no Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae).

Os diagnósticos foram feitos pelo Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas (CMAP).

**Comitê mostra perda de patrimônio em fundos constitucionais**

Avaliação encontra redução de R\$ 78,3 bilhões em 15 anos

Por Fábio Góes - De Brasília  
REPÓRTER CMAP - Resultado 4.1.1.06

Nos últimos 15 anos, houve uma redução significativa, em termos reais, no patrimônio dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte (FND), Nordeste (FNE) e Centro-Oeste (FCO), segundo avaliação do Comitê de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas (CMAP). O material obtido pelo Valor e que está prestes a ser publicado mostra que, no fim de 2013, o patrimônio dos três era de R\$ 153,6 bilhões, mas, considerando atualização pelo IPCA dos valores em 15 anos, além de transferências pelo Tesouro, o patrimônio era para estar em R\$ 231,9 bilhões. Ou seja, houve perda patrimonial de R\$ 78,3 bilhões.

**Estudo do governo sugere fusão entre PSR e Proagro**

Secretaria de Política Econômica do Ministério da Economia fez a avaliação sobre os programas no âmbito do Comitê de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas

Por Fábio Góes - De Brasília  
REPÓRTER CMAP - Resultado 4.1.1.06

Avaliação do governo sobre o Programa de Seguro Rural (PSR) e do Proagro (outro tipo de seguro do setor rural) aponta para a possibilidade de fusão desses dois programas e a necessidade de melhorar a precificação dos prêmios cobrados dos agricultores.

A análise foi realizada pela Secretaria de Política Econômica do Ministério da Economia no âmbito do Comitê de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas (CMAP), coordenado pela secretaria de Avaliação, Energia e Loteria (Secap).

**Governo vai avaliar até 2022 desoneração de cesta básica eisenção de IR para idosos**

Por Fábio Góes - De Brasília  
REPÓRTER CMAP - Resultado 4.1.1.06

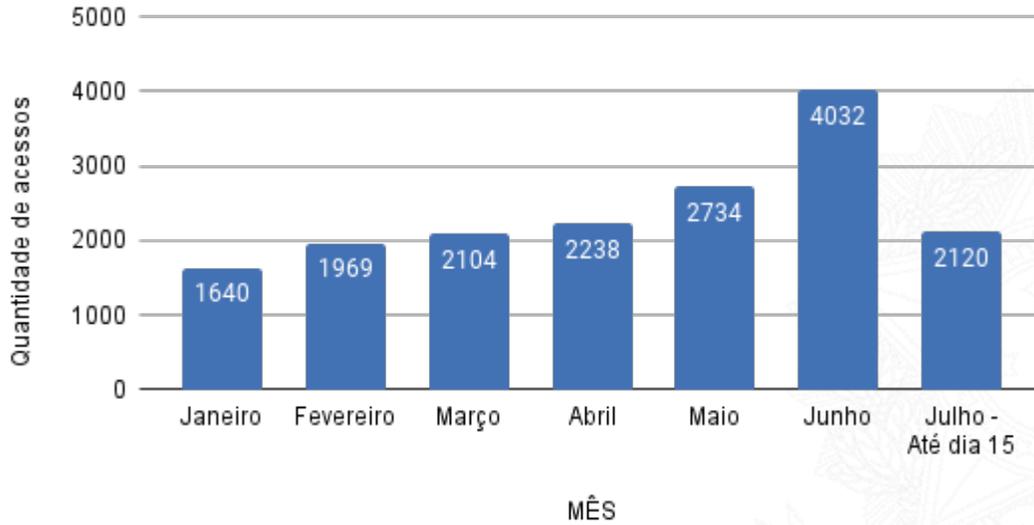
A desoneração de cesta básica e o isenção de imposto de renda para idosos acima de 65 anos estão entre as 16 políticas públicas serem avaliadas pelo governo até o próximo ano. O Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas (Cmap) também incluiu na lista de análise que será feita ao longo dos próximos 12 meses programas como o Reconhecimento Individual (IME), a dedução de despesas com educação no imposto de Renda e empolgação da União ao BNDES, entre outras.

Reordenamento no cargo de secretário de avaliação, planejamento, energia e loteria (Secap). Gustavo Guimarães, ministro do Valor, não cabe a ele interferir para dar prioridade a um ou outro tema, que devem seguir o rio já definido no âmbito do Cmap, no qual sua

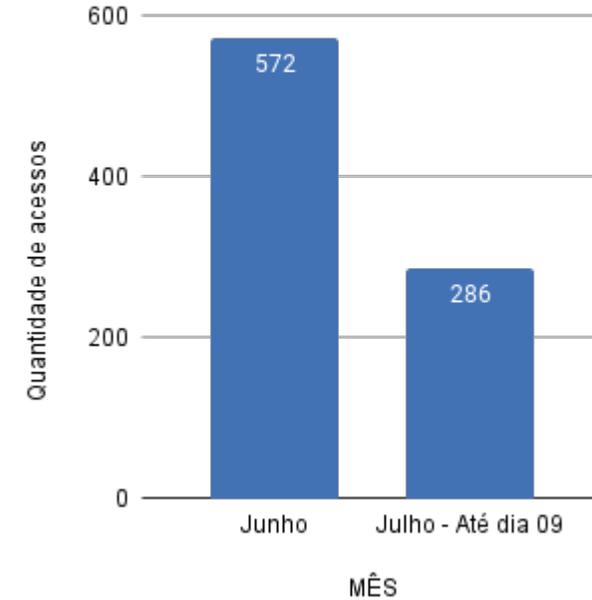


# Secap – Transparência e Divulgação para sociedade brasileira

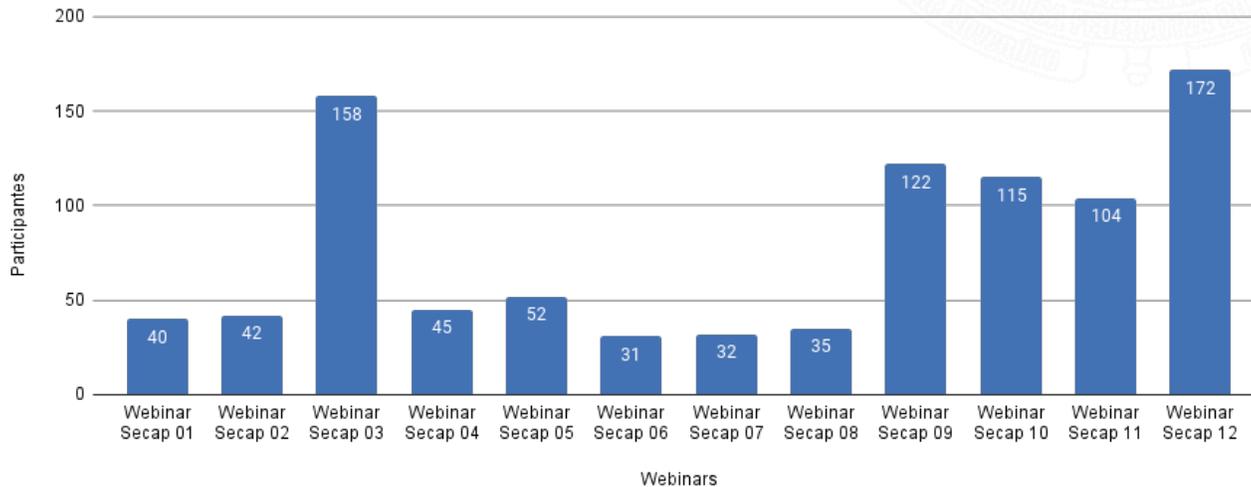
**Site Secap - Quantidade de acessos - 2021**



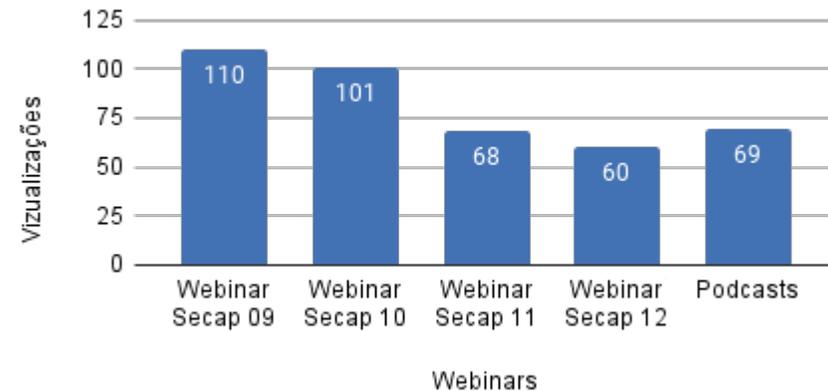
**Página Webinar Secap  
Quantidade de acessos - 2021**



**Relatório de Presença - Webinars Secap**



**Visualizações Youtube - Webinars**



# Agora gostaria de falar sobre...



# Acabou!!!



# Obrigado

[gustavo.guimaraes@economia.gov.br](mailto:gustavo.guimaraes@economia.gov.br)

SECRETARIA DE  
AVALIAÇÃO, PLANEJAMENTO,  
ENERGIA E LOTERIA

SECRETARIA ESPECIAL DE  
FAZENDA

MINISTÉRIO DA  
ECONOMIA

